



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

**Eixo temático: Questão Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social**

**Sub-eixo: Questão Ambiental**

## **QUESTÃO SOCIOAMBIENTAL E SEUS SIGNIFICADOS NO SERVIÇO SOCIAL**

**TATIANE PEREIRA DA SILVA<sup>1</sup>**

### **RESUMO**

A questão socioambiental contemporânea, perpassa novos desafios na esfera social, configurando como um espaço de investigação e intervenção para o Serviço Social pelas demandas advindas dessa questão postas à profissão. O artigo apresenta um ensaio teórico extraído do Capítulo 2 Serviço Social, questão socioambiental e trabalho profissional, resultante da Tese de Doutorado intitulada “A questão socioambiental na formação profissional em Serviço Social” defendida em 2021, no Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, FCHS/UNESP, no que consiste o cenário da questão socioambiental no universo do Serviço Social. Nesse preâmbulo, o estudo obteve subsídios para o conhecimento acerca dos fundamentos que envolvem tal realidade, a busca por sustentabilidade e suas implicações na área do Serviço Social.

**Palavras chave:** questão socioambiental. sustentabilidade e serviço social.

### **ABSTRACT**

The contemporary socio-environmental issue permeates new challenges in the social sphere, creating a space for investigation and intervention for Social Work due to the demands arising from this issue placed on the profession. The article presents a theoretical essay extracted from Chapter 2 Social Service, socio-environmental issue and professional work, resulting from the Doctoral Thesis entitled “The socio-environmental issue in professional training in Social Service” defended in 2021, in the Postgraduate Program in Social Service of the Faculty of Human and Social Sciences, FCHS/UNESP, what constitutes the scenario of socio-environmental issues in the universe of Social Service. In this preamble, the study obtained subsidies for knowledge about the foundations that involve this reality, the search for sustainability and its implications in the area of Social Work.

---

<sup>1</sup> Universidade do Estado de Minas Gerais

**Keywords:** socio-environmental issue. Sustainability. social work.

## Introdução

A história da humanidade perpassa por um processo civilizatório indissociável da ação interventiva do homem no meio ambiente. Dos caminhos percorridos até os dias atuais, nunca se destacaram tanto os problemas ambientais como se nota no século XXI, em que configurações estruturais de ordem social e ambiental expressam a conjuntura planetária de uma *crise socioambiental* como sendo resultado do modo com que as ações antrópicas vêm estabelecendo a sua relação com a natureza. Assim, em uma escala mundial, temos visto com maior frequência os impactos advindos de tal crise, consolidados na relação dos vários problemas sociais e, sobretudo, dos ambientais.

Nas últimas décadas, notícias nas redes sociais e diversas mídias apresentaram resultados de estudos científicos que alarmaram a ocorrência do acréscimo da temperatura climática do planeta e entre outros diversos desastres ecológicos. Desse modo, essa questão rebate causas e consequências para a sociedade como um todo. Seus embates podem ser percebidos na caracterização estabelecida pela relação homem-natureza e por seus projetos societários munidos à ideologia do desenvolvimento socioeconômico capitalista moderno, como sendo um dos principais fatores para o avanço da acelerada crise ecológica.

Diante disso, a finalidade desse ensaio teórico é ampliar a sua socialização para expor os resultados contidos na publicação do *Capítulo 2 Serviço Social, questão socioambiental e trabalho profissional* da Tese de Doutorado em Serviço Social intitulada – “A questão socioambiental na formação profissional em Serviço Social”, do Programa de Pós-graduação da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais / Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” câmpus de Franca/SP, defendida no ano de 2021.

## Os fundamentos da questão socioambiental

As raízes da degradação socioambiental foram sendo emolduradas na trajetória da humanidade no processo civilizatório, demarcando as pegadas e os caminhos percorridos pelo homem na Terra. Nesse sentido, a organização da vida produtiva representou-se parte indissociável, com diversos estágios que marcaram formas distintas da relação homem-natureza,

que começam desde os primórdios com a sociedade primitiva, passando para o escravismo, posteriormente o feudalismo, depois o mercantilismo e, por final, o capitalismo que vigora até os dias atuais.

Isso configurou períodos históricos do desenvolvimento das relações sociais entre os homens e deste com a natureza, tais como: na sociedade primitiva, os homens foram se desenvolvendo por meio do convívio em comunidades familiares, mantinham um estágio selvagem, utilizando-se dos recursos naturais para a sua sobrevivência (alimentavam-se da caça, pesca e vegetais); quando a população cresceu, as tribos foram migrando e passaram a desenvolver a primeira relação de trabalho a partir da agricultura e do pastoril, bem como da delimitação dos territórios e construção de habitações.

As formas de estágios que antecederam o capitalismo podem ser compreendidas por etapas que caracterizam o desenvolvimento de fases distintas da organização socioeconômica produtiva, momento em que o homem passa a exercer possibilidades de uma sociabilidade na apreensão ontológica do *ser social*, buscava transformar a natureza para satisfazer à sua necessidade de sobrevivência, criando instrumentos, objetos e produtos com valor de uso por meio do *trabalho*. “Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza.” (MARX, 1996a, p. 297).

Com a formação da sociedade capitalista a partir do contexto sócio-histórico do movimento conhecido por *Renascimento* e a sucessão da *Revolução Científico-tecnológica* no século XVI, marcou as fases da transição para um novo estágio da organização da vida social, conhecida como a era moderna. Foi um período que desenvolveu o paradigma moderno de produtividade, com a sucessão de diversas transformações que ocorreram na vida humana da sociedade no âmbito da economia, da política e da cultura.

É importante destacar que esse estágio representou uma etapa da acumulação do capitalismo primitivo: *mercantil ou comercial*, que sintetizou mudanças extremas sobre o modo de produção familiar, artesanal e camponesa daquela época, separando o produtor direto dos seus meios de produção por fundamentos caracterizados na propriedade privada e, também, pelas novas formas coletivas de produção relativas ao trabalho coletivo, dando outro significado ontológico para o trabalho, no momento em que passa a transformá-lo em mercadoria para o capital. Como resultado, foi sendo desenvolvido o estado burguês urbano da economia mercantil, até que fosse estabelecido o estágio da produção por manufatura (economia produtiva — mecanizada de materiais ou mercadorias).



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

Sob a influência do Iluminismo, posteriormente, ocorre a grande Revolução Industrial no século XVIII; junto ao processo da urbanização industrial, desenvolveu-se a expansão do capitalismo *concorrencial, liberal ou clássico*. Esse estágio do capitalismo sinalizou grande transformação na capacidade produtiva humana, que, mediante o empirismo, o mecanicismo, o racionalismo e o tecnicismo designaram e intensificaram profundamente o pensamento de *ciência moderna*, alterando nesse preâmbulo os moldes do progresso econômico ao atrelá-lo com o *antropocentrismo*. Dado que a sua fundamentação perfaz a caracterização de valores éticos centrais, com a definição do “homem como centro do universo”, ao deter o pensamento da razão, poderia, desse modo, o homem emancipar-se consoante o seu conhecimento predatório sobre a natureza.

Isso se refere pontualmente a um avanço tecnológico do progresso econômico mediado pela influência de ações antrópicas de domínio e submersão do mundo natural, no momento em que se experimenta o sentimento de exterioridade, de não pertencimento à natureza, ao enxergar os recursos naturais e tomá-los como mercadoria para captação de matérias-primas através de fontes materiais e de energia, separando-se da natureza pela sua subjugação. “O domínio da tecnologia em mãos do capital possibilitou-lhe apropriar-se, gradativa e gratuitamente, desses recursos, de tal sorte que acabaria por evidenciar a fragilidade do princípio da infinitude destes.” (SILVA, M. das G., 2010, p. 53).

Foi assim que se influíram os desdobramentos provocados pela grande indústria na produção de mercadorias, nos processos da sua produção na agricultura e, sobretudo, na influência das condições sociais, refutando o avanço das ações antrópicas para uma direção de esgotamento da terra e também do trabalhador, ao delimitar os entraves existentes entre a sociedade e a natureza como parte desse processo, que, por ora, manifesta-se nos ditames da alienação e na destrutividade socioambiental.

O estágio *imperialista* da expansão global do denominado capitalismo *monopolista ou financeiro*, no século XIX, que se estende da sua fase clássica até a fase os meados dos “anos dourados” do século seguinte (1970). É desenvolvida neste período uma fase predatória do sistema embasada na superexploração do trabalhador e da sua capacidade produtiva através de políticas econômicas de reestruturação. Tais fatores demarcam com maior ênfase as expressões de uma sociedade desigual, bem como a espoliação depredatória dos recursos naturais, com profundas implicações da dominação e exploração desmedida do ecológico.

Paralelamente, os modelos socialistas postos em prática ao longo do século XX, tendo como base constituída pela propriedade social através da socialização da Terra, que seria gerida por um partido único, o *Estado*. Todavia, em contraposição, impregnou-se uma cultura excessiva de devoção ao crescimento do Estado, sem o devido questionamento acerca da sua relação com o meio ambiente, demonstrando ausência de preocupação com as questões ambientais. Tanto foi que, na extinta União Soviética, as principais matrizes energéticas foram o petróleo e o carvão mineral, altamente poluidores, sem contar experiências nucleares, como o desastre ocorrido em Chernobil, em 1986.

De tal modo, tanto o capitalismo quanto o socialismo alargam representações de modelos que não coadunam a um *paradigma ecológico* de vida para toda a humanidade do Planeta, pois configuram-se por uma busca de progresso via crescimento econômico, que em grande proporção se apresenta totalmente antiecológico.

A crise política econômica vigorada do socialismo real determinou a queda desse modelo em detrimento ao avanço hegemônico do *capital financeiro*, que alavancou o processo *da tecnologia e da globalização*, conduzidas por reconfigurações estruturais que estabeleceram o estágio do capitalismo *contemporâneo*. Denota-se, que a mundialização do paradigma moderno de produção é redirecionada para o *mercado financeiro*, incorporando a reestruturação do modo produtivo, enquanto resposta àquela crise assolada na sociedade.

Um conjunto de mudanças, neste seguimento, foi delineando a existência do capitalismo, mediante as reconfigurações estabelecidas na esfera das atividades (re)produtivas, na ativação dos *problemas ambientais e na diminuição dos recursos naturais* desde a Revolução Industrial. Atualmente, os processos do modo de produção capitalista estão consolidados de maneira assimétrica e comandados pelo *mercado financeiro* (fundos de capitalização), tendo sua emersão maior na justaposição do *projeto neoliberal* nos meados de 1980, polarizando, assim, a institucionalização e a expansão cosmopolita da sociedade global nos processos da produção de mercadorias por meio das indústrias corporativas (multinacionais e transnacionais), que passaram a aprimorar as inovações e tecnologias reprodutivas de bens materiais em larga escala para uma sociedade programada ao consumismo em massa. Para isso, a sua operação vem deferindo dispositivos de regulação social por intermédio do *Estado*, com mecanismos de controle econômico e ideopolítico para o seu pleno funcionamento nas várias instâncias que se fazem necessárias na vida social da população mundial.

“O relacionamento entre produção e consumo é assim radicalmente redefinido em sua estrutura de tal maneira que a necessária unidade de ambos se torna insuperavelmente uma problemática.” (MÉSZÁROS, 2011, p. 102). De tal modo, em suas unidades subsistem falácias sobre as necessidades humanas produtivas de bens de consumo, como veículo para manter em vigor o sistema, o qual se apresenta em novas reconfigurações, mas continua detendo a mesma projeção das suas bases estruturais e isso vem demonstrando, com maior intensidade, que o acirramento crescente das suas externalidades contraditórias acerca dos problemas *sociais* e *ambientais* transcorrem para a uma questão provocada pela destrutividade socioambiental que assolam e afetam toda a humanidade.

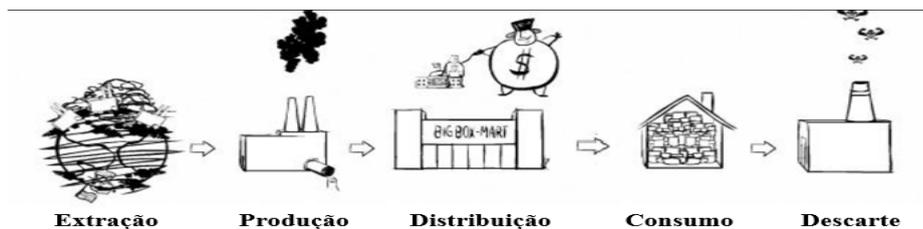
De acordo com Maria das Graças e Silva (2010, p. 27), isso confirma uma dupla processualidade da *acentuação da destrutividade e a mercantilização dos efeitos da espoliação ambiental contemporânea* como parte integrante da expansão e hegemonia do capitalismo, detendo nesse binômio a sua estreita relação com as necessidades de reprodução do sistema e, de outro lado, representa ameaças para a vida da natureza em escala planetária.

A partir do paradigma moderno embasado na alta produtividade que se detiveram os meios da superexploração desmedida dos recursos naturais para atender às linhas de produção de mercadorias destinadas ao consumismo em massa. Para isto, foram criados e estabelecidos novos *hábitos* e *estilos* de vida totalmente baseados na contínua aquisição de bens materiais e serviços, sob influência de grandes eventos publicitários de alto teor alienante. A sua principal finalidade, nesses moldes, enseja a busca por satisfação e conforto do bel-prazer humano em conformidade ao direito de consumir (inserido no rol de direitos de cidadania) e, principalmente, para atender a obtenção dos meios produtivos e a superconcentração de rendimentos (capitalização de lucros e riquezas) para os capitalistas.

*Os fundamentos da questão socioambiental* resultam-se mediante a tais práticas, das quais constitui a configuração sistêmica do desenvolvimento socioeconômico regimentado no paradigma de economia linear — *extração, produção, distribuição, consumo e descarte* — enquanto projeções societárias destinadas para acumulação do corporativismo capitalista, que lideram e comandam as ações antrópicas alinhadas a um padrão de sociabilidade subordinada à lógica de produção e consumo.

O cerne de sua estrutura, por sua vez, mantém a funcionalidade pautada no paradigma moderno de valor, uso e descarte de mercadorias (resíduos sólidos e/ou inorgânicos), conforme ilustrado na Figura 1 a seguir.

**Figura 1 Paradigma de economia linear**



Fonte: Extraído de Leonard (2011).

Esse processo pautado no modelo de produção linear, sobremaneira, certamente estará fadado ao processo da insustentabilidade socioambiental, porque vivemos em um planeta de recursos naturais finitos, e, por isso, que, hoje, esse sistema encontra-se em crise. Deste modo, esse universo nos remete à compreensão de que:

[...] Os novos problemas e contradições, que surgem na mesma escala do porte exagerado atingido pelo sistema do capital, definem necessariamente o tamanho correspondente da expansão deslocadora, apresentando-nos assim o espectro da incompatibilidade total, na ausência do gigantesco deslocamento expansionista necessário. (MÉSZÁROS, 2011, p. 104).

O capitalismo do *século XXI*, na mesma esfera, segue expandindo com as *contradições sociais e ambientais*, presididas pelos processos de reestruturação em face à superacumulação financeira, desvelando o avanço global dos grupos industriais transnacionais ancorados na contradição do *capital rentista* (financeiro e produtivo). Deixa, pois, o aporte das atividades empresariais para a apropriação geracional do *mercado financeiro*, por meio dos fundos de aplicações e investimentos, ampliando *as inovações de tecnologias de base microeletrônica e os novos processos da força de trabalho*, que reconfiguram estratégias de seus meios produtivos. “Neste sentido, a financeirização da economia constitui uma das ‘forças motriz da desregulamentação do trabalho’, assim como das privatizações das empresas estatais.” (SILVA, M. das G. S., 2010, p. 87, grifo do autor).

De tal modo, para o sistema da acumulação capitalista, sacrifícios são necessários para alcançar o poder e domínio dos processos produtivos e não importa o valor dos seus custos e impactos ambientais para a sociedade em face aos objetivos, desde que alcancem benefícios através dos legados do próprio capital. A partir disso, “[...] muchas externalidades (aunque, desde luego, no todas) entrañan la provision de un bien público, como aire puro o agua limpia: en

particular, puede ser muy costoso impedir que una persona disfrute de los beneficios de estos bienes. (STIGLITZ, 2000, p. 255).

É, nesse contexto, que se expressam no sistema socioeconômico os resultados de suas crises e contradições constituídas no cerne das *injustiças*, já que a natureza e, também, o próprio homem, vêm experimentando essa trajetória, ao serem dominados, explorados, degradados, espoliados e poluídos com a contaminação dos ares, das águas, e de seus solos. Isso caracteriza que, das suas causas, os seus efeitos nos impactos ambientais rebatem sobre a qualidade de vida da humanidade e, principalmente, daqueles que são menos favorecidos, os considerados como parte da classe subalterna.

### **Busca pela sustentabilidade socioambiental**

Historicamente os reflexos das ações antrópicas no padrão produtivo de acumulação capitalista trouxe consigo os meios da *extração* inadequada dos recursos naturais, os quais foram obtidos mediante um processo técnico-científico da exploração do meio ambiente pela esfera industrial e intensificados de modo destruidor e devastador a partir século XIX e XX.

Essa questão foi tornando-se mais aparente e questionada nos meados do século XX, ao evidenciar a visão equivocada sobre a finitude dos recursos naturais, com vistas de demonstrações reais da possibilidade da escassez e esgotamento desses recursos que são fontes de matérias-primas e de energia para manter o sistema econômico em funcionamento. Além da ocorrência dos impactos ambientais mais evidentes, que passaram a caracterizar a ocorrência dos desastres ambientais subsequentes, sobremaneira, por constatar que “A biosfera está dentro de um outro sistema, muito maior, o sistema solar. A economia funciona como um sistema, razão pela qual os eventos podem causar um efeito dominó [...] Enfim, tudo está interligado.” (LEONARD, 2011, p. 9).

Com o surgimento dos movimentos sociais e ambientalistas, foi ocorrendo a formação de grupos que uniram forças para enfrentamentos e lutas sociais em prol da preservação da vida e do meio ambiente. Daí se iniciou um processo munido de ações e movimentos na esfera coletiva, com o objetivo de buscar representações legais para deliberar transformações de comportamentos e valores quanto à necessidade de mudanças sobre a forma de conduzir as projeções societárias na esfera ambiental.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

No final do século XX, com o avanço dos estudos ambientais acerca do voraz esgotamento dos recursos naturais não renováveis e o agravamento de uma crise ecológica manifestado na *questão ambiental e suas múltiplas expressões*, tornou-se evidente a necessidade de a sociedade desenvolver meios para viabilizar o seu enfretamento em uma escala mundial. Assim, foram avançando indagações científicas intensificadas pela inquietude social dos movimentos ambientalistas para deter, ou, ao menos, frear a degradação ambiental e a superexploração que estava levando à escassez dos recursos da natureza.

A *legislação ambiental*, surgiu como um meio de outorgar respostas de enfrentamentos aos anseios da sociedade, utilizando-se de mecanismos e dispositivos do *Direito*, e buscando tratar na esfera nacional e internacional os interesses dos países envolvidos na interdependência mundial quanto às problemáticas ambientais.

A preocupação mundial sobre a questão ambiental foi algo recente na história da humanidade, sendo discutida, pela primeira vez, na *Conferência Mundial sobre o Homem e o Meio Ambiente*, organizada pela Organização das Nações Unidas (ONU), na cidade de Estocolmo, em 1972. Na ocasião, também se criou o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA). O evento representou um espaço de grande importância, no qual trataram legalmente das indagações concernentes à necessidade da sociedade reconhecer os impactos ambientais negativos advindos das ações antrópicas, motivo pelo qual tornam-se essenciais investimentos eficazes via Desenvolvimento Sustentável.

Neste preâmbulo, foram constituídos, nessa Conferência, tratados e acordos de cooperação internacional entre vários países do globo para proteção e preservação ambiental, de onde surgiram reflexões teóricas e políticas que resultaram na ideia de Sustentabilidade; discussão sobre as ações antrópicas de produtividade — desenvolvimento econômico e meio ambiente; dos direitos e garantias que interligassem justiça social com a ambiental.

Assim, estabeleceu-se documentado o significado para o termo Desenvolvimento Sustentável como sendo “[...] o desenvolvimento que responde às necessidades do presente sem comprometer as possibilidades das gerações futuras de satisfazer suas próprias necessidades (CMMAD, 1991, p. 9).. Nesse seguimento, essa definição foi resultado das indagações coletivas em prol da necessidade da preservação dos sistemas ambientais, sobretudo, da precisão de investimentos eficazes e permanentes do desenvolvimento sustentável, tal como essencial “[...] a propagação de que não deveria ser visado somente o crescimento econômico [...]” (SILVA, T. P., 2018, p. 43). Desse modo, pressupõe-se como medida alternativa ao sistema de economia linear



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

um paradigma ecológico de *desenvolvimento de economia circular*, para que respeite o equilíbrio ecológico e faça uso racional dos recursos naturais, a fim de preservá-los no presente, de forma que garanta no futuro possibilidades da continuidade dos ecossistemas da Terra, conforme ilustra a Figura 2 a seguir.

**Figura 2 Paradigma alternativo de economia linear para economia circular**



Fonte: GFC – Gestão Financeira Criativa (2020).

A ilustração da Figura 2 demonstra que a alternativa de desenvolvimento econômico circular pauta a sequência de ciclos, por abarcar processos de objetivação sustentável para que os meios de captação dos recursos naturais sejam viavelmente mais adequada desde o início até seu processamento final pela (re)utilização de materiais recicláveis.

Depois da primeira *Conferência Mundial do Homem e o Meio Ambiente*, outras sucessivas Conferências e Reuniões da Cúpula da Terra — *Organização das Nações Unidas* (ONU) ocorrem posteriormente, para ampliar a participação de cooperação entre os países do globo e incorporar a continuidade deliberativa das ações, tratados e acordos globais para preservação ambiental, tais como: a *Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento* (CNUMAD) — ECO 92 ou RIO 92, na cidade do Rio de Janeiro — Brasil; a *Reunião da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura* (na sede da UNESCO), que aprovou, na Comissão Internacional, a versão final da *Carta da Terra*, na cidade de Paris — França, em 2000; o *Encontro da Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável* — Rio+10, na cidade de Johannesburgo — África do Sul, em 2002; a *Conferência das Nações sobre as Mudanças Climáticas* (CNMC), na cidade da Dinamarca — Suécia, em 2009; a *Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável* (CNUDS) — RIO+20, na cidade do Rio de Janeiro — Brasil, em 2012; o *Encontro da Cúpula de Desenvolvimento Sustentável*, na cidade de Nova York — Estados Unidos da América, em 2015, e, por último, a *Conferência da Organização das Nações Unidas sobre o Clima* — COP 25, na cidade de Madri — Espanha, em 2019.

Desde então, a ênfase à “maior cooperação entre países” participantes da Cúpula da Terra, desta forma, ratificou em adesão comum e democrática os documentos de medidas para a proteção ambiental, sendo deliberados nesta esfera apontamentos sobre a definição do Desenvolvimento Sustentável, do Ecodesenvolvimento, da Agenda 21 para as mudanças no século XXI, das medidas para conter as Mudanças Climáticas, dos destaques para a Economia Verde e a erradicação da pobreza.

Dentre tais assuntos, ocorreram outros Acordos e Tratados, nacionais e internacionais, como via de estabelecer entre os países signatários medidas e responsabilidades em face à preservação do meio ambiente. Dentre os surgimentos do que foi tratado, destacamos: Protocolo de Montreal (1987), Convenção da ONU sobre Mudanças Climáticas (1992), Tratado de Educação Ambiental para sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global (1992), Convenção da Biodiversidade (1994), Protocolo de Kyoto (1997), Convenção da Desertificação (1999), Tratado de Estocolmo (2001) e, por último, o Acordo de Paris (2015).

Para que as ações e medidas pudessem ter eficiência do global para o local e vice-versa, ressaltamos a importância do exercício socioeducativo explanado na *Educação Ambiental*, como possibilidade instrumental epistemológico para a sociedade encontrar um novo percurso consciente e crítico, de onde possa trilhar caminhos para a construção do *paradigma ecológico*, como sendo uma alternativa de encontrar possibilidades para um desenvolvimento que enseja a sustentabilidade socioambiental. Em suma, para isso, presumimos a necessária apreensão da *práxis social transformadora*, que envolva o processo da motivação *sociopolítica* mediante uma trajetória a ser construída e socializada democraticamente.

Por isso, o aprendizado e a conscientização relativa à *Educação Ambiental* não devem sintetizar somente para uma conotação educativa advinda do âmbito escolar público e/ou privado, com traços de ações fragmentas e isoladas, mas deve também ampliar a sua incorporação para um viés crítico nas diversas disciplinas e áreas do conhecimento técnico-científico, bem como para outros meios de ações formais e informais que delineiam a vida cotidiana dos indivíduos na sociedade.

Caberá à sociedade planetária, principalmente aos trabalhadores engajados nessa empreitada, no campo social (*assistentes sociais, advogados, agrônomos, biólogos, ecólogos, engenheiros, físicos, geólogos, geógrafos, pedagogos, psicólogos...*), incorporarem nos espaços de trabalhos uma atuação criativa e propositiva de desenvolvimento que possibilite a reintegração da sociedade com a natureza, de onde os profissionais, a partir de uma cosmovisão holística e



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

transversal, poderão realizar suas ações e intervenções pautadas nos princípios da sustentabilidade, podendo utilizar-se da *Educação Ambiental* e, respectivamente, multiplicando-se nessa esfera como educadores e sensibilizadores de novos valores e comportamentos éticos, que sejam sustentáveis e justos.

O campo da *ética ambiental*, neste seguimento, viabiliza-se como sendo um espaço relevante da apreensão filosófica, científica e teórica para repensar valores, consciências, comportamentos e responsabilidades humanas sobre os princípios e costumes no campo da moral existente na relação homem-natureza. À vista disso, hoje, fica evidenciado que vivemos sob os ditames da cultura globalizada de uma crise de valores regendo a sociedade, pois tem sido conduzida por uma projeção societária de economia linear destinada ao consumismo de bens materiais *versus* depredação da natureza que, para Barroco (2007, p. 55, 58), são condições estabelecidas na sociedade burguesa que emergem do processo de *alienação* e contribui para uma determinada estrutura em que o “[...] ethos funcional à ordem social reificada; atende, através de suas mediações particulares, as necessidades socioeconômicas e ideopolíticas de (re)produção das relações sociais capitalistas.”

Mas o aprofundamento de dadas contradições existentes na ordem vigente leva o sistema a uma destruição do meio ambiente, e isso nos faz refletir sobre a *ética* que temos estabelecido com a natureza, pois “A ecologia dá corpo a uma preocupação ética, também cobrada de todos os saberes, poderes e instituições [...]” (BOFF, 2015, p. 20), pois

A ética realiza sua natureza de atividade propiciadora de uma relação consciente com o humano-genérico quando consegue apreender criticamente os fundamentos dos conflitos morais e desvelar o sentido e determinações de suas formas alienadas; quando apreende a relação entre a singularidade e a universalidade dos atos ético-morais; quando responde aos conflitos sociais resgatando os valores genéricos; quando indaga radicalmente sobre as possibilidades de realização da liberdade, seu principal fundamento. (BARROCO, 2007, p. 56).

Deste modo, vale ressaltar que, para esse contexto poder transitar na vida social, é importante utilizar a mobilização de um conjunto social (política, legislação e educação) comprometido com questão humana na sociedade. Isso delega apreender as ferramentas técnico-científicas para nos reconhecermos como parte deste processo e, ao mesmo tempo, constituir a elevação dos sujeitos sociais para sujeitos ecológicos críticos, espaço em que os cidadãos e profissionais trabalhadores poderão assumir-se enquanto educadores e sensibilizadores da *Educação Ambiental* e, também, nessa esfera, desempenhar o dever de



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

tornar-se responsáveis e multiplicadores da informação para a população sobre essa importante ferramenta de luta no enfrentamento da questão socioambiental.

### **Questão socioambiental e os desafios profissionais**

O entendimento de que os problemas sociais estão inter-relacionados aos problemas ambientais o designa como sendo “socioambiental” e, por isso, devemos perceber que as soluções assim também devem ser pensadas. O núcleo central das preocupações reais se dá na tensão existente no interior de tais problemáticas, em que as projeções sociais hegemônicas unificam um ideário dotado de intencionalidade, mas cujas necessidades postas na realidade requerem respostas atuais acerca das contradições do sistema que sobrepõe dúvidas que se rebatem na vida planetária.

É neste campo gravitacional que o Serviço Social é chamado a intervir, como profissão integrada aos processos de conformação de uma cultura ambiental, seja no interior das organizações empresariais, nas instituições públicas, ONG's, entre outros. De natureza essencialmente pedagógica, o exercício profissional dos assistentes sociais está intrinsecamente voltado aos processos de educação ambiental articulados à defesa da melhoria na qualidade dos serviços prestados pelas instituições às quais se vinculam. Estas ações empresariais e institucionais são cada vez mais mediadas pelo ideário do Desenvolvimento Sustentável como síntese de uma cultura de proteção ao meio ambiente e aceção relevante nas estratégias de enfrentamento da questão ambiental. (SILVA, M. das G., 2010, p. 30).

A autora (Ibidem, p. 34-35), nessa perspectiva, tematiza seus estudos sobre os desafios ético-políticos do Serviço Social no contexto da questão ambiental e o Desenvolvimento Sustentável, dentre as quais pontou os embates que envolvem a temática pobreza e o meio ambiente como sendo binômio de fatores centrais para a chamada Sustentabilidade Social, ao serem representados a partir de duas teses distintas, que se apresentam entremeio à tese do “círculo vicioso” e a do “duplo caminho”, pois em ambas as hipóteses, “[...] a pobreza ocupa o lugar determinado como fator elucidativo da degradação ambiental.”. Desta concepção são alinhadas as políticas sociais para resolver a pobreza como enfoque para a superação dos problemas ambientais. Suas críticas destacam os limites equivocados de suas formulações, no fato de responsabilizar a pobreza pela degradação ambiental, em especial os dos países periféricos, enquanto o enfoque para a dinâmica da acumulação, o crescimento econômico e a desigualdade social seguem sem questionamentos. Assim, ocorre uma abordagem dual entre



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

“sustentabilidade ambiental e sustentabilidade social”, acometida por tensões que delas são determinantes e equacionadas pelos apontamentos camuflados à sua própria natureza.

À vista disso, faz-se necessário que a categoria de profissionais do Serviço Social estude e compreenda que esse mesmo sistema que domina, explora e aliena também depreda, destrói e polui. Por essa razão, não devemos profissionalmente ser reducionistas, fragmentar nosso pensamento, enxergar a intervenção dos assistentes sociais somente a partir e para o social, aludindo o paradigma moderno da divisão entre social e o ambiental ao solidificar a sua separação, pois “As ciências sociais informam-nos que a complexidade social não é fragmentária nem se apresenta atomizada; ao contrário, é *diferenciada, multicasual, global e integradora.*” (IRIGALBA, 2005, p. 12, grifo do autor).

Neste mesmo ponto de vista, devemos entender que a grave crise ecológica instaurada sobre o mundo contemporâneo depende da instauração de um equilíbrio socioambiental. Consequentemente, fica evidente que há a necessidade de aproximar a profissão da *questão socioambiental* e assim inseri-la em seu universo, para buscar novas formas e alternativas de atuação que procurem integrar o ecológico ao social e vice-versa, em suas investigações e intervenções profissionais. “Essa proposta refere-se diretamente à necessidade dos cientistas e assistentes sociais de trabalharem em *equipes multi e interdisciplinares.*” (Ibidem, p. 15, grifo do autor), pois seus significados mais relevantes aparecem nos trabalhos coletivos, de onde os vários agentes podem se dedicar na empreitada socioambiental por meio das políticas ambientais. E, com isso, no aporte da transversalidade, os assistentes sociais poderão redirecionar a sua práxis profissional.

As reflexões anteriores nos levam a enfatizar a figura, ou melhor, o papel do cientista e do assistente social (especialmente deste último) como *mediador entre o ‘ecológico’ e o ‘social’*, entre o ser humano e seu meio, entre o cidadão e a sociedade. Em suma, em *facilitadores sociais de uma nova cultura: a participação social.* (Ibidem, p. 17, grifos do autor).

A *questão socioambiental e seus significados para o Serviço Social* configuram na contemporaneidade um novo olhar para a profissão, de novas demandas emergentes, de novos debates e com novas possibilidades de intervenção. Para isso, torna-se necessário incorporar o viés socioambiental no *trabalho e formação profissional* para redimensionar as dimensões que articulam a instrumentalidade para além de um aporte técnico executivo. Ao deter essa capacidade da apreensão da conjuntura social no interior do movimento da realidade, o profissional constituirá habilidade intelectual demandado de uma qualificação crítica, dando-lhe



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

condições para trazer respostas embasadas em alternativas *ético-políticas* frente às novas demandas dessa questão postas à profissão mediante a institucionalização cotidiana do seu trabalho profissional nos diversos espaços sócio-ocupacionais.

Desse modo, o Serviço Social, como uma profissão atenta a esta realidade dinâmica que beira a barbárie, vem construindo com muita garra e combatividade, de forma crítica e ética, as possibilidades para a efetivação do nosso projeto profissional, sendo mais uma profissão a se inserir no amplo debate acerca da questão socioambiental. A perspectiva é o fortalecimento da articulação com os movimentos sociais e da reflexão no âmbito da formação e do exercício profissional quanto à necessidade histórica da luta pelo direito ao meio ambiente e o compromisso com a defesa intransigente dos direitos da classe trabalhadora. (CFESS, 2012a).

Os profissionais do Serviço Social, ao exercerem suas atribuições técnico-operativas, possuem uma bagagem teórico-metodológica e ético-política que lhes possibilitam detectar as demandas na prática da mediação, para intervenções em prol dos direitos sociais da população que necessita dos seus serviços. Desse modo, ao fomentar o seu protagonismo profissional nas demandas da *questão socioambiental*, detêm qualificação e compromissos dotados da sua experiência investigativa e interventiva, para contribuir com ações que disseminem valores, atitudes e comportamentos socioeducativos sustentáveis.

Essa conexão corporativa de trabalho poderá ser efetuada no âmbito das políticas sociais e ambientais por meio do diálogo transdisciplinar, na mobilização e organização das comunidades, da sociedade civil organizada, identificando as articulações das políticas públicas no que concerne os serviços socioambientais, como: habitação, saneamento, saúde, trabalho, educação, proteção social, cultura, etc.

Destarte, no Serviço Social a natureza técnica, interventiva, investigativa e educativa “[...] em suas diversidades é determinada pelos vínculos que a profissão estabelece com as classes sociais e se materializa, fundamentalmente, por meio dos efeitos da ação profissional na maneira de pensar e agir dos sujeitos envolvidos nos processos da prática. (ABREU, 2002, p. 17). Nesta acepção, os assistentes sociais na divisão sócio-técnica do trabalho profissional, dispõem da qualificação no exercício da profissão para a materialização de sua função socioeducativa mediada pelas intervenções no âmbito das políticas sociais e nos processos de organização cultural e/ou a educação popular.

Tal função deve ser exercida nos diferentes espaços sócio-ocupacionais de incorporação profissional, na relação cotidiana com os usuários dos serviços, influenciando a formação de subjetividades e normas de conduta. Isso consubstancia terreno para a elaboração e difusão

ideológica dos elementos estruturais no processo de uma sociabilidade cultural. É neste decurso que se ampliam possibilidades para a inserção da questão socioambiental no processo da formação e no trabalho profissional.

## Considerações finais

A mobilização socioambiental assume um relevante papel por meio da participação social na atuação, implementação e execução das *políticas públicas ambientais* mais efetivas, bem como no uso da *legislação ambiental* em prol da preservação e defesa do meio ambiente, e, ainda, das próprias ações socioeducativas no campo social para o desenvolvimento de posturas éticas e mudanças socioambientais para todos os segmentos da sociedade mundial. Pois, é imprescindível a realização de outra forma de se relacionar com o meio que nos cerca, que implique em um *paradigma ecológico* de vida.

Nesta ótica, é necessário delinear novas atitudes no agir, no interpretar e se colocar junto à natureza, o que não significa torná-la o foco central de tudo, mas de incluí-la em nossas ações profissionais, comportamentos e valores éticos, a fim de construirmos relações emancipadas que desemboquem em um grande respeito a ela e às futuras gerações. Não se pode perder o foco no direito do cidadão ao acesso a uma vida com qualidade e equidade, e nós temos o dever de preservar o meio ambiente para garantir-lhe isso.

Sobretudo, por vivermos tantas incertezas de um futuro ambientalmente sustentável e pelas possíveis chances de a Terra aos poucos sucumbir à biodiversidade dos seus ecossistemas diante de tão acelerada destruição ambiental, somos desafiados enquanto trabalhadores do Serviço Social a enfrentarmos também essa questão nos espaços de trabalho. Logo, devemos munir defesas e forças profissionais para sermos coparticipantes na mobilização do empoderamento das lutas sociais e a garantia dos direitos socioambientais, ampliando o nosso compromisso para a promoção da qualidade de vida e a conscientização humanitária sobre a necessária preservação ambiental. O destino do planeta vai depender do que a sociedade fizer agora para mitigar e frear os legados do sistema de desenvolvimento econômico atual para outro paradigma alternativo que desempenhe um progresso de sustentabilidade socioambiental.

## REFERÊNCIAS



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

ABREU, Marina Maciel. **Serviço Social e a organização da cultura**: perfis pedagógicos da prática profissional. São Paulo: Cortez, 2002.

CFESS. Resolução CFESS n. 533, de 29 de setembro de 2008. Ementa: regulamenta a supervisão direta de estágio no Serviço Social. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 01 out. 2008. Disponível em: <<https://www.diariodasleis.com.br/busca/exibelink.php?numlink=213080>>. Acesso em: nov. 2016.

CEFSS. Dia Mundial do meio ambiente. **CEFSS Manifesta**, Brasília, DF, 5 jun. 2012a. Disponível em: <[http://www.cfess.org.br/arquivos/cfessmanifesta2012\\_diamundialambiente-SITE.pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/cfessmanifesta2012_diamundialambiente-SITE.pdf)>. Acesso em: jan. 2017.

GFC - Gestão Financeira Criativa. **Você já ouviu falar em Economia Circular?**.

Disponível em <<http://gestaofinanceiracriativa.com.br/economiacircular/#>>.

Acesso em: mar. 2020.

CMMAD. **Nosso futuro comum**. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. Getulio Vargas, 1991.

BARROCO, M. L. S. Os fundamentos sócio-históricos da ética. **CAPACITAÇÃO em Serviço Social e política social**: reprodução social, trabalho e Serviço Social. mod. 1. Brasília, DF, ed. UnB, 1999.

BARROCO, M. L. S. **Ética e Serviço Social**: fundamentos ontológicos. 5. ed. São Paulo, Cortez, 2007.

\_\_\_\_\_. Barbárie e neoconservadorismo: os desafios do projeto ético-político. **Serviço Social & Sociedade**. n. 106, p. 205-218, abr./jun. 2011. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ssoc/a/rTywnLhQhmCyXCtYCSQWN9n/?lang=pt>>.

Acesso: dez. 2020.

BOFF, L. **Ecologia**: grito da terra, grito dos pobres: dignidade e direitos da Mãe Terra. ed. revisada e ampliada. Petrópolis: Vozes, 2015.

\_\_\_\_\_. Crise: tragédia ou drama? **América Latina em movimento**. 2004. Disponível em: <<https://www.alainet.org/pt/articulo/109262>>. Acesso em: jul. 2021.

IRIGALBA, A. C. A prática da ecologia social: a necessidade de integrar o social e o ecológico. In: DOMÍNGUEZ GÓMEZ, J. A.; VÁZQUEZ AGUADO, O.; GAONA PÉREZ, A. (Org.). **Serviço Social e meio ambiente**. Tradução de Silvana Cobucci Leite; Rev. Marcos Reigota. São Paulo: Cortez, 2005.

LACERDA, G. L.; SILVA, T. P. **Crise socioambiental**: uma nova realidade para o Serviço Social? 2008, 99f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social). Faculdade de Ciências Humanas e Sociais. Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Franca, 2008.

LEONARD, A. **A história das coisas**: da natureza ao lixo, o que acontece com tudo que consumimos. Rev. Técnica André Piani Besserman Vianna. Trad. Heloíse Mourão. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

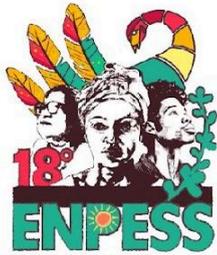
MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital**. Trad. Isa Tavares. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

\_\_\_\_\_. **Para além do capital**: rumo a uma teoria de transição. Trad. de Paulo Cesar Castanheira e Sérgio Lessa. 1. ed. revista. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, K. **O capital**. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1996a. L. 1. t. 1.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1996b. L. 1. t. 2.

\_\_\_\_\_. **A questão judaica**. Tradução de Artur Mourão. São Paulo: Centauro, 2005a.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

\_\_\_\_\_. **Crítica da filosofia do direito de Hegel.** Tradução de Rubens Enderle e Leonardo de Deus. São Paulo: Boitempo, 2005b.

\_\_\_\_\_. **Manuscritos econômico-filosóficos.** Tradução de Alex Marins. São Paulo: Martin Claret, 2006.

SILVA, M. das G. **Questão ambiental e desenvolvimento sustentável: um desafio ético-político ao Serviço Social.** São Paulo: Cortez, 2010.

SILVA, T. P. **Questão socioambiental e as suas inter-relações com o Serviço Social.** 2016, 122f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Faculdades de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Franca, 2016.

\_\_\_\_\_. **A questão socioambiental na formação profissional em Serviço Social.** 2021. 230f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdades de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Franca, 2021.

STIGLITZ, J. E. **La economía del sector público.** Columbia University. Tercera edición Traducción de M.a Esther Rabasco y Luis Toharia. Universidad de Alcala, 2000.